GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8 N. 2

dee.rs.gov.br

Julho de 2026

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
Secretária: Danielle Calazans
Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro
Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo
Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Diretor: Tomás Pinheiro Fiori
Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi
Divisão de Análise Econômica: Martinho Lazzari

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8, N. 2, julho 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 8	n. 2	p. 1-22	jul. 2026

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.° andar
Porto Alegre - RS - 90119-900
Fone: (51) 3288-1196
E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br
Homepage: https://dee.rs.gov.br/inicial

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Lazzari
Equipe técnica: Bruno Paim, Liderau dos Santos Marques Junior, Luciane Franke e Martinho Lazzari
Revisão de língua portuguesa: Susana Kerschner
Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

É permitida a reprodução desta publicação e dos dados nela contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia – Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO 4

1 CENÁRIO EXTERNO 5

2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL 8

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA 8
2.2 MERCADO DE TRABALHO 10
2.3 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS 11
2.4 EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO 13

3 CENÁRIO INTERNO — RS 13

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA 13
3.2 SETOR EXTERNO 15
3.3 MERCADO DE TRABALHO 16
3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS 17
3.5 PERSPECTIVAS 17

PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS 19

REFERÊNCIAS 20

SUMÁRIO EXECUTIVO

No primeiro trimestre de 2026, a economia mundial apresentou desempenho heterogêneo. Brasil, Estados Unidos e China aceleraram o crescimento, enquanto a Área do Euro e a Argentina desaceleraram. As perspectivas globais pioraram em razão do conflito no Oriente Médio, que elevou os preços do petróleo, aumentou a volatilidade e reforçou os riscos de inflação e desaceleração econômica em 2026. Em contrapartida, os investimentos em tecnologia e inteligência artificial seguem sustentando parte do crescimento mundial. Os impactos desses fatores variam entre os países: economias dependentes da importação de petróleo tendem a ser mais afetadas, enquanto aquelas mais integradas à cadeia de tecnologia e inteligência artificial podem se beneficiar. Assim, as perspectivas para 2026 dependerão da evolução conjunta desses dois fatores.

Os dados mais recentes indicam que a economia brasileira interrompeu a trajetória de desaceleração observada em 2025. No primeiro trimestre de 2026, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% em relação ao trimestre anterior, impulsionado, principalmente, pela Formação Bruta de Capital Fixo. Na comparação com o mesmo período de 2025, destaca-se a expansão de 7,4% das exportações. Os indicadores mensais mostram desempenho heterogêneo entre os setores: a indústria de transformação voltou a crescer, o comércio apresentou expansão moderada e os serviços mantiveram trajetória oscilante. O mercado de trabalho permaneceu favorável, com aumento da ocupação, queda da taxa de desocupação, crescimento do rendimento médio real e continuidade da geração de empregos formais. Em conjunto, os indicadores apontam uma economia resiliente, embora com crescimento ainda concentrado em alguns segmentos.

A inflação acumulada em 12 meses até junho de 2026 atingiu 4,64%, permanecendo acima do teto da meta. A política monetária seguiu restritiva, apesar das recentes reduções da taxa Selic. No campo fiscal, o setor público registrou déficit primário de 1,14% do PIB no acumulado em 12 meses até maio, enquanto a dívida bruta e a dívida líquida alcançaram 81,1% e 67,9% do PIB respectivamente. As projeções para 2026 indicam inflação acima da meta e crescimento moderado da economia, com expansão projetada entre 1,99% e 2,3%.

No Rio Grande do Sul, o PIB manteve-se estável no primeiro trimestre de 2026, em relação ao trimestre anterior. O resultado refletiu o crescimento da indústria e dos serviços, compensado pela retração da agropecuária. Na comparação com o mesmo período de 2025, a economia avançou 0,4%. Os indicadores mais recentes da indústria, do comércio e dos serviços indicam continuidade da expansão dessas atividades.

Na agropecuária, as estimativas confirmam o crescimento das produções de milho e, principalmente, de soja, que deverão impulsionar o desempenho do setor no segundo trimestre. Para o restante do ano, preocupa a expressiva redução da área plantada de trigo, principal cultura de inverno do estado. Entre janeiro e julho de 2026, os preços médios recebidos pelos produtores ficaram abaixo dos registrados no mesmo período de 2025 para arroz, milho, soja e trigo.

As exportações gaúchas totalizaram US$ 9,844 bilhões no primeiro semestre de 2026, alta de 4,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada por produtos agropecuários e industriais. Entre os principais destinos, apenas a União Europeia ampliou suas compras, enquanto China, Estados Unidos e Argentina reduziram as importações.

No mercado de trabalho, os principais indicadores permaneceram estáveis em relação ao trimestre anterior. Na comparação interanual, houve melhora da taxa de desocupação, do rendimento médio real e da massa de rendimentos, enquanto a ocupação se manteve estável. No mercado formal, o estado perdeu 3.474 postos de trabalho no trimestre encerrado em maio, mas acumulou saldo positivo de 10.546 empregos nos últimos 12 meses.

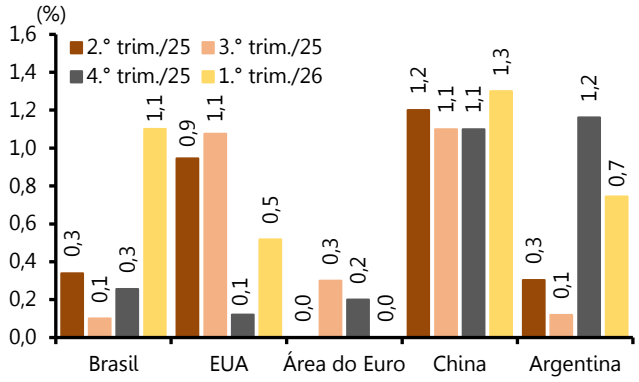
A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a preços de junho de 2026, alcançou R$ 27,540 bilhões no primeiro semestre de 2026, 3,2% inferior à do mesmo período de 2025. Cabe destacar, entretanto, que, entre março e junho de 2025, o Rio Grande do Sul arrecadou cerca de R$ 1,44 bilhão por meio do Programa Refaz Reconstrução

As perspectivas para a economia gaúcha seguem desafiadoras. Embora a recuperação da safra de soja deva favorecer o PIB no segundo trimestre, o segundo semestre tende a ser menos favorável em razão da redução da área plantada de trigo e dos riscos climáticos associados ao fenômeno El Niño. Somam-se a esse cenário as incertezas geopolíticas, o aumento das tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, os juros elevados e a estabilização da renda do trabalho na margem.

1 CENÁRIO EXTERNO

No primeiro trimestre de 2026, registrou-se elevação nas taxas de crescimento do Brasil, dos Estados Unidos e da China, enquanto a Argentina e a Área do Euro apresentaram desaceleração na atividade econômica (**Gráfico 1.1**).

Gráfico 1.1 - Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral de economias selecionadas — 2.° trim./2025-1.° trim./2026



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2026b).
Eurostat (2026a).
Nota: Taxas em relação ao trimestre anterior. Séries com ajuste sazonal.

O avanço de 0,5% no Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, no primeiro trimestre de 2026, deveu-se, predominantemente, ao avanço dos investimentos privados, que compensou nova desaceleração do consumo privado (BEA, 2026a). Soma-se ainda a retomada dos gastos do governo federal, que haviam passado por retração relevante no último trimestre de 2025 devido à paralisação das atividades estatais. As exportações líquidas novamente contribuíram negativamente. O investimento apresentou aceleração do crescimento na margem, mantendo a relevância dos componentes de equipamentos e propriedade intelectual, como resultado dos significativos aportes das grandes empresas de tecnologia. Já o componente de investimento residencial acumula cinco trimestres seguidos de retração (BEA, 2026c).

Na Área do Euro, houve estabilidade no primeiro trimestre de 2026. O consumo das famílias, o consumo do governo e a variação de estoques contribuíram positivamente com 0,1 ponto percentual (p.p). cada, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou contribuição negativa de mesmo valor. As exportações líquidas tiveram a maior contribuição negativa para o resultado, com -0,3 p.p. Entre as principais economias da região, ordenadas por participação no PIB, o crescimento no primeiro trimestre de 2026, em relação ao imediatamente anterior (com ajuste sazonal), foi de 0,3% na Alemanha, -0,1% na França, 0,3% na Itália e 0,6% na Espanha (Eurostat, 2026b). Neste ano, os dados da Área do Euro passaram a incluir a Bulgária, totalizando 21 países. Desses, França, Lituânia, Suécia e Irlanda apresentaram variação negativa no período.

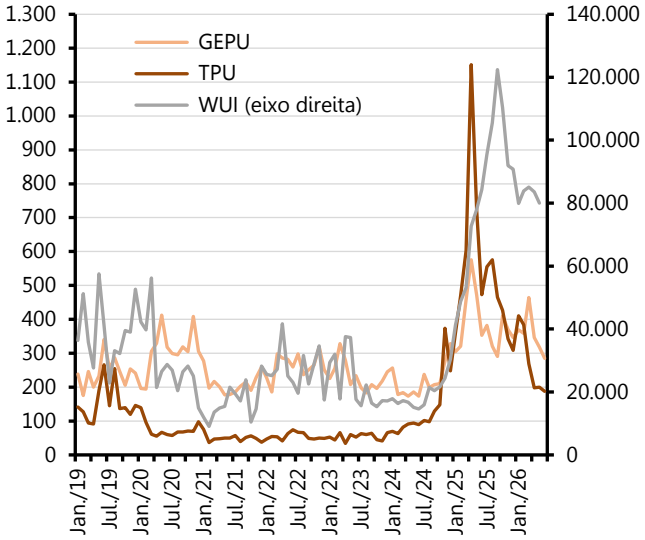
A China apresentou aumento de 1,3% no primeiro trimestre de 2026 e desacelerou para 0,9% no segundo. Embora o consumo continue sendo o principal componente de contribuição para o crescimento do PIB, observa-se uma lenta desaceleração. Neste início de ano, a FBCF recuperou-se, impulsionada principalmente pelos setores de alta tecnologia e pela antecipação de investimentos em infraestrutura. Por outro lado, o componente de investimento ligado à construção segue em retração, devido ao ajuste observado nos preços dos imóveis. A contribuição das exportações líquidas, embora tenha diminuído no primeiro trimestre, ainda é positiva (World Bank, 2026a, p. 3). Considerando as séries com ajuste sazonal, o déficit comercial trimestral em bens e serviços dos EUA com a China permanece estável, em um patamar cerca de 60% inferior ao observado no último trimestre de 2024, antes, portanto, do aprofundamento das disputas tarifárias. O comércio de bens e serviços, medido pela soma do valor das exportações e das importações entre os dois países, foi cerca de 30% inferior no primeiro trimestre de 2026, em comparação ao mesmo período do ano anterior (BEA, 2026b).

A Argentina apresentou crescimento de 0,7% no primeiro trimestre deste ano. O componente de consumo privado cresceu 0,8%, taxa menor que a observada no trimestre anterior. Já o consumo público apresentou redução de 2,4% na variação trimestral com ajuste sazonal. A FBCF caiu 1,7% na margem e 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (INDEC, 2026a). A utilização da capacidade instalada da indústria (UCI) manufatureira do país atingiu 58,4%, nível 0,5 p.p. inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior, com comportamento bastante desigual entre as atividades. Entre os setores com maior aumento da utilização estão o refino de petróleo (15,4 p.p.) e as indústrias metálicas básicas (8,0 p.p.). Já as maiores quedas foram registradas nos setores de indústria automobilística (-11,3 p.p.), metalmecânica exceto automobilística (-7,3 p.p.) e produtos têxteis (-5,2 p.p.) (INDEC, 2026b).

Os índices que captam a incerteza na economia mundial mantiveram-se em níveis elevados, embora

decrescentes (**Gráfico 1.2**). O índice de incerteza da política comercial reduziu-se aos níveis de agosto de 2024, antes, portanto, da eleição do atual governo norte-americano. O índice que reflete as incertezas da política econômica também se reduziu nos últimos dois meses. Já o aumento da tensão geopolítica, principalmente o conflito no Oriente Médio, pode ter impedido uma queda maior no índice de incerteza mais amplo (WUI), que permaneceu em nível superior quando comparado aos demais.

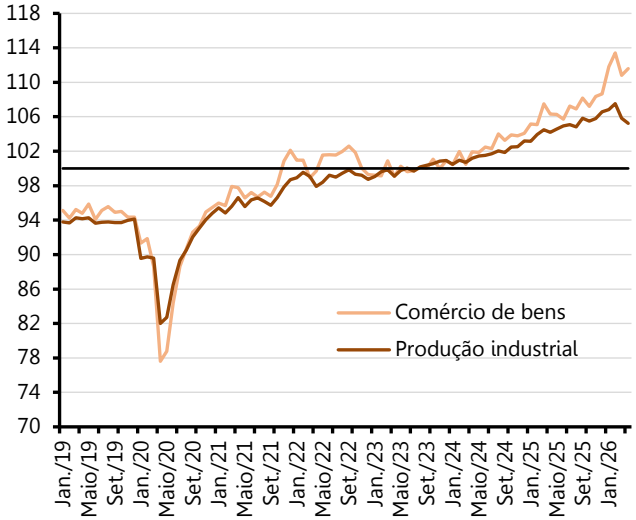
Gráfico 1.2 - Índices de incerteza mundial (WUI), de política comercial (TPU) e de política econômica (GEPU) — jan./2019-jun./2026



Fonte: Ahir, Bloom, Furceri (2022).
Davis (2016).
Caldara *et al.* (2020).
Nota: O *world uncertainty index* (WUI) leva em consideração a frequência de termos relativos à incerteza em relatórios econômicos de 143 países. O *global economic policy uncertainty* (GEPU) reflete a frequência de artigos de jornais que contêm um trio de termos relativos à "economia", à "política" e à "incerteza" e é uma média ponderada pelo Produto Interno Bruto (PIB) de 21 economias que representam cerca de 71% do PIB global em paridade de poder de compra (PPP) e cerca de 80% em taxas de câmbio. Já o trade *policy uncertainty* (TPU) é calculado pela contagem da frequência mensal de artigos que discutem a incerteza da política comercial (como uma parcela do número total de artigos de notícias) em sete jornais. O índice é dimensionado de forma que 100 indique que 1% das novas notícias contêm referência ao indicador.

Nos primeiros quatro meses de 2026, ampliou-se a distância entre os índices de comércio de bens e de produção industrial (**Gráfico 1.3**). Transparece o efeito da redução na produção industrial nos meses de março e abril, após o início do conflito no Oriente Médio. Em sentido contrário, o índice de comércio de bens ampliou-se no mês anterior, em fevereiro. Contribuiu para o crescimento do comércio de bens o ciclo de aumento nos investimentos em tecnologia, sustentado pela demanda por expansão da infraestrutura necessária à ampla utilização da inteligência artificial.

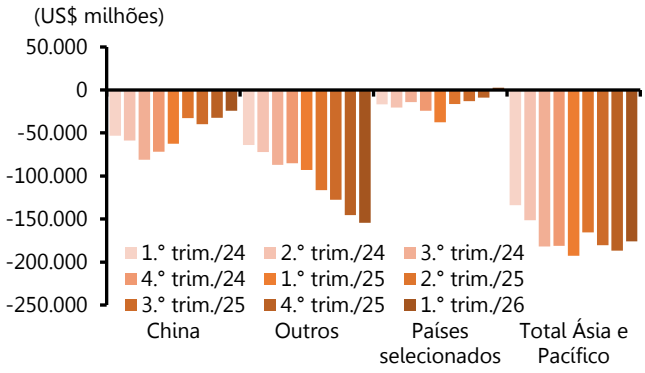
Gráfico 1.3 - Índices globais de produção industrial e de comércio de bens — jan./2019-abr./2026



Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2026).
Nota: 1. Os índices têm como base o ano de 2023.
2. A produção industrial exclui a construção.

Como apontado em boletim anterior (Boletim de Conjuntura [...], 2026), embora o comércio dos Estados Unidos com a China tenha passado por queda relevante, houve elevação das transações com outros países asiáticos. O **Gráfico 1.4** mostra o balanço de bens e serviços dos Estados Unidos com a região da Ásia e do Pacífico, evidenciando essa mudança na composição geográfica do comércio com a região. Contribuem para esse fenômeno tanto a elevação das exportações relacionadas aos investimentos em tecnologia quanto o deslocamento do comércio para outros países, a partir de um processo de aprofundamento do comércio intrarregional na Ásia, especialmente de bens intermediários e finais.

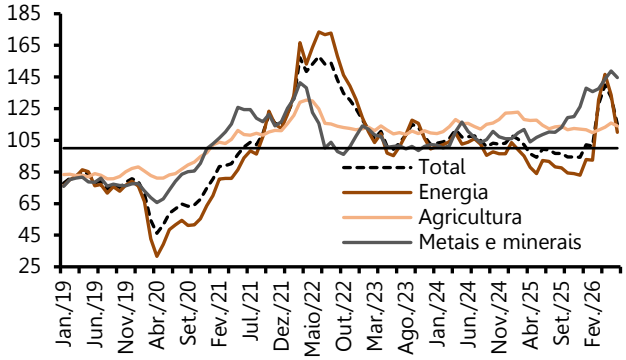
Gráfico 1.4 - Balanço de bens e serviços dos Estados Unidos com países da Ásia e do Pacífico — 1.° trim./2024-1.° trim./2026



Fonte: BEA (2026b).
Nota: 1. A categoria países selecionados compreende Austrália, Hong Kong, Índia, Japão, Cingapura, Coreia do Sul.
2. A categoria outros compreende um grupo de 39 países, incluindo Taiwan, Vietnã, Tailândia, Camboja, Indonésia, Filipinas e Malásia.

Nos preços das *commodities*, os reflexos do conflito recente no Oriente Médio são percebidos de forma clara (**Gráfico 1.5**). Em abril de 2026, o índice de preços do grupo de energia registrou pico, com preços 45% superiores aos observados no mesmo mês do ano anterior. Esse movimento repentino, aliado ao aumento mais sustentado dos preços do grupo de metais e minerais, elevou o índice total a níveis observados durante a pandemia de covid-19. No entanto, nos meses seguintes, os preços recuaram, de modo que, em junho, o índice total encontrava-se 15,8% acima do observado no ano anterior. No mesmo período, os grupos de energia e de metais e minerais apresentavam altas de 19,3% e 33%, respectivamente, enquanto o grupo de agricultura registrava leve redução de 0,3%. A alta incerteza condicionada à resolução ou ao aprofundamento do conflito no Oriente Médio vem traduzindo-se em maior volatilidade dos preços do petróleo, de modo que, apesar de terem retornado aos patamares observados antes da guerra ao final de junho, em meados de julho já se observava nova elevação, ainda não refletida no indicador apresentado. Ademais, embora o petróleo acabe centralizando as atenções, outras *commodities* e produtos intermediários também dependem da oferta proveniente do Golfo Pérsico, como a ureia (34,0%), o hélio (33,2%) e o gás natural liquefeito (30,5%) (OECD, 2026a, p. 16).

Gráfico 1.5 - Índices de preço de grupos de *commodities* — jan./2019-jun./2026



Fonte: Banco Mundial (World Bank, 2026c).
Nota: Os índices (US$ nominal) têm como base o ano de 2010.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2026 preveem uma redução no crescimento do Produto Interno Bruto mundial para 3%, após fechar 2025 em 3,5%. Em relação às projeções do último relatório, de abril deste ano, houve uma correção para baixo de 0,1 p.p. no crescimento mundial. Nas economias avançadas, a desaceleração seria de 1,9% em 2025 para 1,7% em 2026. Já nos países emergentes, passaria de 4,5% observado em 2025 para 3,8% em 2026 (**Tabela 1.1**). Salienta-se que os preços das *commodities* energéticas, após passarem por uma redução de 14,4% em 2025, podem ter aumento de 31,8%, com revisão consideravelmente positiva desde o último relatório (10,4 p.p.). Parte dessa revisão é explicada pela frustração quanto à resolução definitiva do conflito no Oriente Médio, uma vez que a permanência das tensões no segundo semestre não estava no horizonte dominante de previsão. Acompanhando essa elevação, as *commodities* não energéticas teriam inflação de 18,6% em 2026. Como visto anteriormente, a alta imprevisibilidade decorrente das tensões geopolíticas manifesta-se em maior variabilidade das projeções inflacionárias (IMF, 2026).

Tabela 1.1 - Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de economias selecionadas e outros indicadores — 2025, 2026 e 2027 e comparação com projeção de abr./2026

(%)

DISCRIMINAÇÃO	2025	2026		2027	
		Jun./26	Diferença para Abr./26	Jun./26	Diferença para Abr./26
PIB mundial	3,5	3,0	-0,1	3,4	0,2
Economias avançadas	1,9	1,7	-0,1	1,8	0,1
Estados Unidos	2,1	2,3	0,0	2,2	0,1
Área do Euro	1,4	0,9	-0,2	1,2	0,0
Japão	1,1	0,6	-0,1	0,7	0,1
Reino Unido	1,4	1,0	0,2	1,3	0,0
Canadá	1,9	1,1	-0,4	1,7	-0,2
Economias emergentes	4,5	3,8	-0,1	4,5	0,3
Brasil	2,3	2,4	0,5	2,2	0,2
China	5,0	4,6	0,2	4,1	0,1
Índia	7,7	6,4	-0,1	6,7	0,2
Rússia	1,0	1,1	0,0	1,1	0,0
Comércio de bens e serviços	5,0	3,5	0,7	4,3	0,5
Preços de *commodities* (US$)					
Energéticas	-14,4	31,8	10,4	-11,8	-4,2
Não energéticas	9,9	18,6	-3,1	1,3	-0,6
Preços ao consumidor	4,1	4,7	0,3	3,9	0,2
Economias avançadas	2,5	3,0	0,2	2,4	0,2
Economias emergentes	5,2	5,8	0,3	4,8	0,2

Fonte: FMI (IMF, 2026).

Os principais relatórios de organismos internacionais (OECD, 2026a; World Bank, 2026b; IMF, 2026) apontam que os impactos do conflito no Oriente Médio são heterogêneos entre os países. Aqueles mais dependentes das importações de petróleo e com estoque reduzido da *commodity* acabam ficando mais suscetíveis às elevações nos preços, o que tende a comprometer o consumo das famílias e a produção industrial. Há heterogeneidade também em outro ponto: países com

maior participação na cadeia relacionada aos investimentos em tecnologia podem ser beneficiados, caso se mantenha o ímpeto de expansão no setor. A combinação desses dois fatores condiciona a expectativa de crescimento dos países analisados. Não por outro motivo, o desenrolar desses dois fatores está entre os principais riscos para o futuro próximo: enquanto a dissolução das tensões no Oriente Médio poderia melhorar os prognósticos, seu aprofundamento tenderia a produzir o efeito oposto. Já a manutenção dos investimentos em tecnologia poderia sustentar o crescimento mundial, embora o risco de um ajustamento nas expectativas de lucratividade do setor possa levar a uma desalavancagem com efeitos profundos nas finanças internacionais. Ainda no ramo dos riscos no cenário internacional, o Banco Mundial (World Bank, 2026b) destaca a ocorrência de eventos climáticos extremos como um risco para 2026, especialmente para os países emergentes.

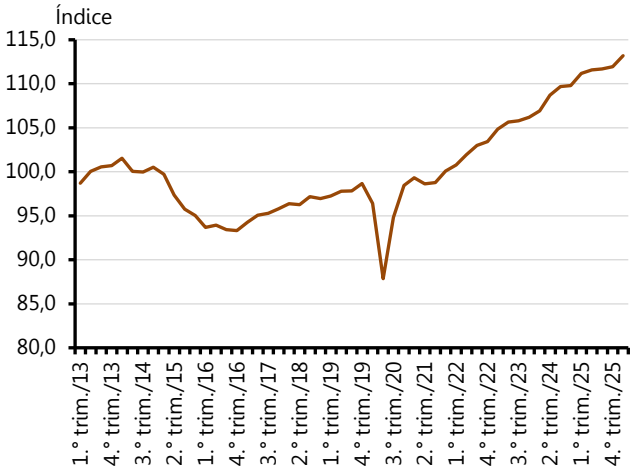
2 Cenário interno — Brasil

2.1 Atividade econômica

No primeiro trimestre de 2026, a economia brasileira apresentou crescimento de 1,1% em relação ao quarto trimestre de 2025, considerando a série com ajuste sazonal. Com isso, observa-se aceleração no ritmo de crescimento em relação aos últimos três trimestres de 2025 (**Gráfico 2.1**).

O desempenho da economia brasileira renovou seu pico histórico, consolidando o movimento de recuperação em relação às crises de 2015-16 e de 2020. Em 2025, sinalizava-se uma acomodação, evidenciada pela estabilidade no consumo das famílias; porém, o quadro alterou-se no primeiro trimestre de 2026, apresentando a maior variação positiva desde o último trimestre de 2024.

Gráfico 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.° trim./2013-1.° trim./2026



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2026h).
Nota: Os índices têm como base a média de 2013 = 100.

Na ótica da oferta, o resultado do primeiro trimestre de 2026, na margem, refletiu a expansão da agropecuária (2%), da indústria (1%) e dos serviços (0,5%) (**Tabela 2.1**).

Na indústria, na comparação na margem, destaca-se a alta de 3,6% nas indústrias extrativas, seguidas pela construção (2,9%). As indústrias de transformação registraram alta de 0,1%. Por outro lado, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos apresentou queda de 0,3%.

Nos serviços, apresentaram crescimento informação e comunicação (2,4%), atividades imobiliárias (1,2%), outras atividades de serviços (0,8%), comércio

(0,6%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%). Em contrapartida, os serviços de transporte, armazenagem e correio recuaram 0,7%, e as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados caíram 0,6%.

Tabela 2.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) e de seus componentes, pelas óticas da oferta e da demanda, do Brasil — períodos selecionados

(%)

DISCRIMINAÇÃO	1° TRIM/2026 / 4° TRIM/2025(1)	1° TRIM/2026 / 1° TRIM/2025
PIB	1,1	1,8
Ótica da oferta		
Impostos	-	1,9
VAB	1,0	1,8
Agropecuária	2,0	0,7
Indústria	1,0	1,6
Serviços	0,5	2,1
Ótica da demanda		
Consumo das famílias	1,0	1,7
Consumo do governo	0,4	2,8
Formação Bruta de Capital Fixo	3,5	-1,4
Exportações	-1,7	7,4
Importações	4,4	1,2

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2026h).
(1) Com ajuste sazonal.

Pelo lado da demanda, na margem, observa-se que as maiores taxas de crescimento foram nas importações (4,4%) e na Formação Bruta de Capital Fixo (3,5%). Em paralelo, como já mencionado, também registraram crescimento o consumo das famílias (1%) e o consumo do governo (0,4%). As exportações, em movimento oposto, registraram queda de 1,7%.

Na comparação interanual, o PIB brasileiro cresceu 1,8% no primeiro trimestre de 2026, registrando uma variação similar à já observada nos últimos dois trimestres de 2025. Pela ótica da oferta, o resultado foi sustentado principalmente pelo avanço dos serviços (2,1%), acompanhado das variações positivas também na indústria (1,6%) e na agropecuária (0,7%).

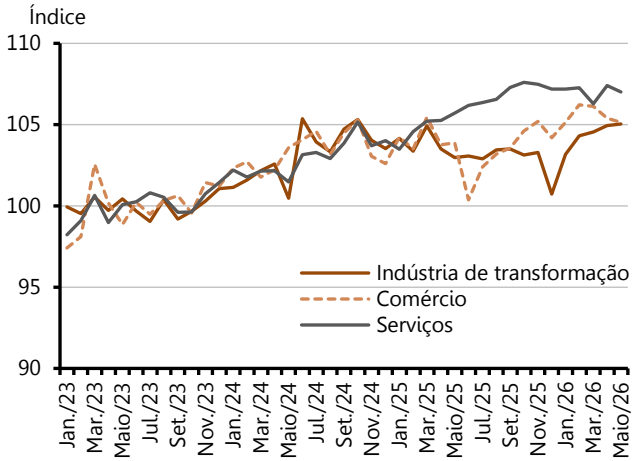
Pela ótica da demanda, o maior destaque foi o desempenho das exportações, que avançaram 7,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Também houve crescimento do consumo do governo (2,8%) e do consumo das famílias (1,7%) e das importações (1,2%). Em sentido oposto, a FBCF recuou 1,4%.

Os indicadores mensais complementam essa visão trimestral e revelam maior volatilidade setorial. No acompanhamento dos indicadores conjunturais mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destaca-se o comportamento da indústria de transformação, que registrou crescimento de 2,1% no trimestre móvel de março a maio de 2026, em relação ao período de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026. Na mesma comparação, o comércio registrou alta de 0,4%, e os serviços, queda de 0,3% (**Gráfico 2.2**).

Com isso, observa-se que, após um movimento de alta ao longo de 2025, notadamente de janeiro a outubro, o indicador de serviços apresenta oscilações desde dezembro de 2025, revelando um movimento de queda em março de 2026, retomada em abril e nova redução em maio. O comércio e a indústria de transformação registraram maior volatilidade ao longo de todo o período analisado. Enquanto a indústria vem apresentando um movimento de tendência de alta em 2026, o comércio segue marcado por oscilações.

Na comparação interanual, o comércio varejista registrou crescimento de 2,4%, influenciado pelas altas nas atividades de livros, jornais, revistas e papelaria (10,9%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (8,1%), veículos, motocicletas, partes e peças (5,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (4,7%), combustíveis e lubrificantes (3,9%), móveis e eletrodomésticos (3,5%), material de construção (1,9%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,7%), tecidos, vestuário e calçados (1,3%), atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,1%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,4%).

Gráfico 2.2 - Produção da indústria de transformação, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços, com ajuste sazonal, no Brasil — jan./2023-maio/2026



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2026e).
Nota: Os índices têm como base 2023 = 100.

O setor serviços, na comparação entre o trimestre de março a maio de 2026 e o de março a maio de 2025, registrou alta de 2%, com destaque para serviços de informação e comunicação (6,7%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (2,1%).

A produção da indústria de transformação apresentou variação positiva de 1,7% na comparação com o trimestre móvel encerrado em maio de 2025. As principais contribuições para crescimento vieram da fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e da fabricação de produtos alimentícios. Em contrapartida, pontuam-se a fabricação de máquinas e equipamentos e a fabricação de celulose, papel e produtos de papel como as das principais contribuições negativas.

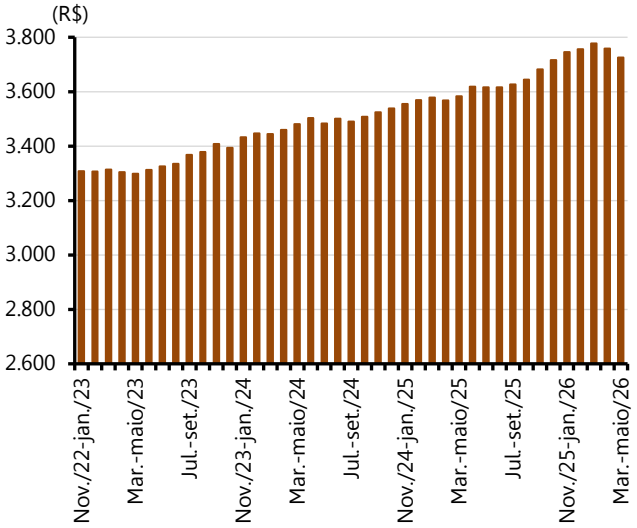
De modo geral, os indicadores revelam perda de dinamismo da atividade econômica no início de 2026, embora os resultados permaneçam positivos na comparação interanual. A indústria apresentou o desempenho mais favorável no período recente, enquanto o comércio mostrou desaceleração e os serviços mantiveram trajetória oscilante.

2.2 Mercado de trabalho

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o número de ocupados no Brasil, no trimestre móvel encerrado em maio de 2026, foi de 102,703 milhões de pessoas, o que representou alta de 0,5% em relação ao trimestre móvel anterior (dez.-fev./2026) e de 0,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesse trimestre móvel, a taxa de desocupação foi de 5,6%, com estabilidade ante o trimestre anterior e redução de 0,6 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O rendimento médio real mensal habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas alcançou R$ 3.726 no trimestre de março a maio de 2026, com estabilidade na margem e crescimento de 4% na comparação interanual (**Gráfico 2.3**). Já a massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos totalizou R$ 377,738 bilhões, registrando estabilidade ante o trimestre anterior e crescimento de 4,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Outro sinal de estabilidade na margem vem da taxa de participação na força de trabalho; em comparação ao mesmo trimestre móvel de 2025, observa-se queda.

Gráfico 2.3 - Valor absoluto do rendimento habitual médio, por trimestre móvel, no Brasil — nov./2022-maio/2026



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2026f).

No mercado formal, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) mostram que o saldo de empregos no acumulado de março a maio de 2026 foi de 381.410 postos de trabalho, resultado influenciado pela abertura líquida de vagas em março (228.924), complementado pelos saldos positivos registrados em abril (79.526) e maio de 2026 (72.960) (Brasil, 2026b).

O desempenho em horizonte mais longo permanece positivo: nos 12 meses encerrados em maio de 2026, o país gerou 973.285 empregos formais, com destaque para serviços (676.614) e, em menor medida, comércio (160.066), construção (91.069) e indústria geral (61.534). Em direção oposta, a atividade agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura registrou saldo negativo (-16.069) (Brasil, 2026b).

A estabilidade, na margem, da taxa de desocupação, da taxa de participação na força de trabalho, da massa de rendimentos e do rendimento médio parece refletir os efeitos da política monetária contracionista, embora ainda não configure uma inflexão clara no mercado de trabalho. Além disso, embora a taxa de participação na força de trabalho esteja estável na margem, ela permanece, em uma perspectiva mais ampla, abaixo do nível observado antes da pandemia.

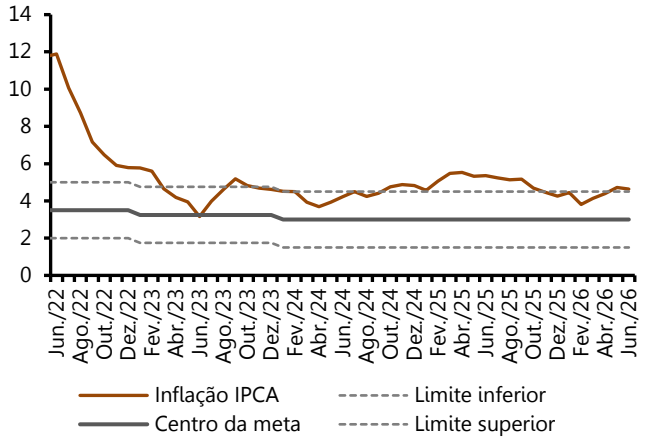
A dinâmica desse mercado deve ser analisada à luz de movimentos mais amplos da economia e da sociedade, entre eles fatores demográficos, a queda da taxa de participação nos segmentos de trabalhadores mais jovens e nos grupos socioeconômicos de menor renda, bem como o aumento da proporção de inativos que

não retornariam ao mercado de trabalho (Foguel; Fernandes; Padilha, 2024; Lameiras; Corseuil; Lima, 2026). Portanto, esses resultados não podem ser atribuídos exclusivamente à política monetária, pois também são influenciados por fatores estruturais.

2.3 Inflação, juros e contas públicas

A taxa de inflação acumulada em 12 meses até junho de 2026, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 4,64% (**Gráfico 2.4**). Esse foi o segundo mês consecutivo em que a inflação em 12 meses ficou acima do intervalo de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos do centro da meta de 3%. Todos os nove grupos que compõem o índice apresentaram variação acumulada positiva até junho de 2026: alimentação e bebidas (3,82%), habitação (5,85%), artigos de residência (0,69%), vestuário (3,99%), transportes (3,95%), saúde e cuidados pessoais (6,21%), despesas pessoais (5,79%), educação (6,33%) e comunicação (1,83%). Dos nove grupos, quatro apresentaram variação positiva acima do teto de 4,5%.

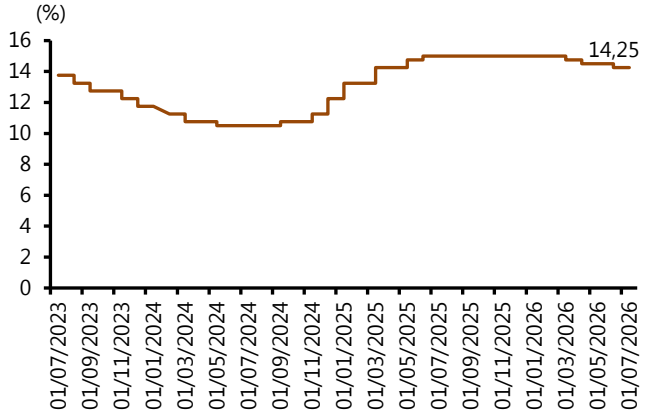
Gráfico 2.4 - Variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e a meta de inflação no Brasil — jun./2022-jun./2026



Fonte dos dados brutos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026a).
Banco Central do Brasil (BCB, 2026b).

Em sua 279.ª reunião, realizada nos dias 16 e 17 de junho de 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu, pela terceira vez consecutiva, reduzir a meta Selic em 0,25 p.p. Com esse novo corte, a meta Selic passou para 14,25% ao ano (**Gráfico 2.5**). Apesar da nova redução, a política monetária permanece em campo restritivo: dada uma inflação esperada de 5,2% para o ano de 2026 (BCB, 2026a), o juro real *ex-ante* é cerca de 8,6% ao ano, acima da taxa de juros real neutra de 5% (BCB, 2026d). O período prolongado de política monetária contracionista resulta na desaceleração da atividade econômica.

Gráfico 2.5 - Meta da taxa Selic ao ano no Brasil — jul./2023-jul./2026

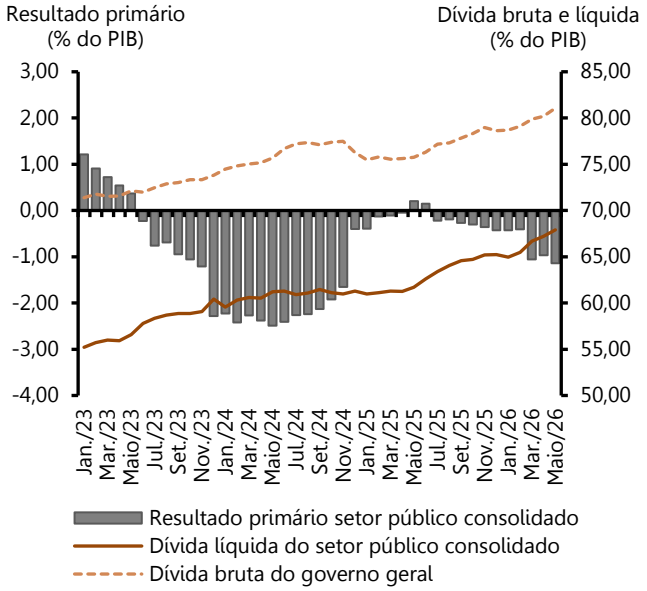


Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2026e).

A decisão do Copom (BCB, 2026a) de perseverar na política monetária contracionista considerou os cenários externo e doméstico. O externo segue altamente incerto, reflexo, principalmente, da indefinição sobre os termos para cessar os conflitos armados no Oriente Médio e dos desdobramentos das tensões geopolíticas sobre a volatilidade de preços de ativos e *commodities*. Permanecem também as incertezas com relação à política econômica dos Estados Unidos. Quanto ao cenário doméstico, a atividade manteve trajetória de crescimento moderado, com o hiato do produto positivo; o mercado de trabalho mostra-se resiliente, com a taxa de desocupação atingindo níveis historicamente baixos; os rendimentos reais médios seguem tendência de elevação acima do crescimento da produtividade do trabalho; o saldo total de crédito do sistema financeiro permanece em expansão, apesar de redução do ritmo; e a política fiscal continua gerando impactos de curto prazo, seja por estímulo à demanda agregada, seja via percepção sobre a sustentabilidade da dívida pública, o que tem efeito sobre os prêmios de risco. As expectativas de inflação dos agentes econômicos mostram-se desancoradas em todos os horizontes considerados. Os riscos para inflação, tanto de alta quanto de baixa, são elevados e com assimetria altista. Por fim, após levar em conta diferentes trajetórias da Selic e os seus efeitos macroeconômicos, o Copom entendeu que não era recomendado reagir integralmente diante dos choques de oferta oriundos dos conflitos no Oriente Médio e dos possíveis impactos do fenômeno climático El Niño.

No campo da política fiscal, o resultado primário do setor público consolidado apresentou déficit de 1,14% do PIB (ou R$ 149 bilhões) no acumulado em 12 meses até maio de 2026 e elevação de 0,16 p.p. na comparação com o déficit de 0,97% do PIB (ou R$ 126,6 bilhões) nos 12 meses acumulados até abril (**Gráfico 2.6**). Em termos desagregados por esferas de governo, ainda no acumulado em 12 meses até maio, o déficit primário do governo central totalizou R$ 136 bilhões; os governos regionais tiveram déficit de R$ 3,3 bilhões; e as empresas estatais obtiveram déficit de R$ 9,6 bilhões.

Gráfico 2.6 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — jan./2023-maio/2026



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (BCB, 2026e).

Conforme o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do segundo bimestre de 2026, a meta de resultado primário para o governo central é de um déficit de R$ 22,9 bilhões para o ano de 2026 (Brasil, 2026d). Contudo, após reavaliações, o déficit primário estimado subiu para R$ 60,3 bilhões. Ao se considerarem as deduções legais nas despesas primárias, no montante de R$ 64,3 bilhões, projeta-se um superávit primário de R$ 4,0 bilhões.

No acumulado de janeiro a maio, o governo central registrou um déficit primário de R$ 44,4 bilhões, o que representa uma variação nominal de R$ 77,3 bilhões em relação ao superávit de R$ 32,9 bilhões no mesmo período de 2025 (**Tabela 2.2**). Destaca-se o superávit primário de R$ 141,5 bilhões do Tesouro Nacional, que teve uma redução de R$ 45,8 bilhões quando se comparam os dois períodos.

Note-se que a receita líquida teve um acréscimo de R$ 90,6 bilhões, enquanto a despesa total cresceu R$ 167,9 bilhões, comparando-se os acumulados de janeiro a maio. Do lado da receita do governo central, na mesma base de comparação, destacam-se os incrementos nominais de R$ 29,7 bilhões com a arrecadação do Imposto sobre a Renda e de R$ 17,6 bilhões na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Do lado da despesa do governo central, comparando-se os acumulados de janeiro a maio, destacam-se os aumentos nominais de R$ 60,7 bilhões em benefícios previdenciários, de R$ 35,4 bilhões em sentenças judiciais e precatórios e de R$ 37,1 bilhões com despesas discricionárias.

Tabela 2.2 - Valores e variação da receita, das transferências, da despesa e dos resultados do governo central do Brasil — 2025 e 2026

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (jan.-maio) (R$ milhões)		VARIAÇÃO (2026/2025)	
	2025	2026	Absoluta	Relativa (%)
A - Receita total	1.205.140	1.311.860	106.720	8,9
B - Transferências	235.831	251.888	16.057	6,8
C - Receita líquida (A - B)	969.309	1.059.972	90.663	9,4
D - Despesa total	936.370	1.104.357	167.987	17,9
E - Resultado primário (C - D)	32.940	-44.385	-77.324	-234,7
Resultado do Tesouro Nacional	187.307	141.490	-45.816	-24,5
Resultado do Banco Central	-77	-169	-92	119,3
Resultado da Previdência Social	-154.290	-185.706	-31.416	20,4

Fonte dos dados brutos: Resultado do Tesouro Nacional (maio/2026) (Brasil, 2026c).

A dívida bruta do governo geral (no conceito do Banco Central) chegou a 81,1% do PIB em maio, um aumento de 0,9 p.p. na comparação com abril (**Gráfico 2.6**). O percentual alcançado em maio é o maior da série histórica desde maio de 2021, quando chegou ao patamar de 81,4% do PIB. Por sua vez, a dívida líquida do setor público atingiu o nível de 67,9% do PIB em maio de 2026, correspondendo a uma alta de 0,7 p.p. em relação ao estoque de abril. Trata-se de um novo recorde de patamar para a série histórica iniciada em dezembro de 2001. Portanto, em qualquer das definições de dívida pública, o estoque da dívida tem crescido ao longo do tempo, por conta, basicamente, dos prêmios de risco elevados e da trajetória do déficit primário.

2.4 Expectativas de inflação e crescimento

O **Focus, Relatório de Mercado**, de 20 de julho de 2026, apresenta as expectativas dos agentes do mercado financeiro (BCB, 2026c). Em relação à taxa de inflação (IPCA), a previsão é de 5,15% para o ano de 2026 e de 4,2% para 2027. Já a projeção de crescimento do PIB em 2026 subiu para 1,99%, e o esperado para o próximo ano é uma variação positiva de 1,65%.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em sua **Carta de Conjuntura** de 8 de julho de 2026, revisou as suas projeções para 2026: a taxa de crescimento do PIB subiu de 1,8% para 2,3%; e a inflação, medida pelo IPCA, subiu de 4,2% para 5,3%.

O **Relatório de Política Monetária**, de junho de 2026, também revisou suas projeções: a inflação, medida pelo IPCA, subiu de 3,9% para 5,2% ao final de 2026; e o crescimento do PIB para 2026 subiu de 1,6% para 2%.

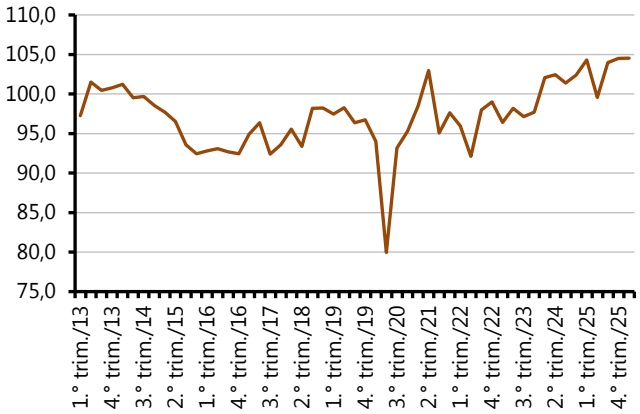
As previsões de inflação para 2026 apontam para um patamar acima do teto em relação ao centro da meta de 3% ao ano. Quanto ao crescimento do PIB, projeta-se uma variação positiva entre 1,99% e 2,3%.

3 Cenário interno — RS

3.1 Atividade econômica

O PIB do Rio Grande do Sul manteve-se estável no primeiro trimestre de 2026, em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. Esse resultado sucedeu dois trimestres consecutivos de crescimento, com altas de 4,4% no terceiro trimestre e de 0,5% no quarto trimestre de 2025. Embora a variação tenha sido praticamente nula, o número índice do volume do PIB avançou 0,02 p.p., suficiente para que o primeiro trimestre de 2026 registrasse o maior nível da série histórica. Ainda assim, o índice permaneceu praticamente igual ao observado no primeiro e no quarto trimestre de 2025 (**Gráfico 3.1**). Em uma perspectiva mais ampla, o PIB do estado encontra-se 8,1% acima do nível registrado no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia, e 3% superior ao do segundo trimestre de 2013, período anterior à crise de 2014-16.

Gráfico 3.1 - Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul — 1.° trim./2013-1.° trim./2026



Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026c).
Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Em termos setoriais, a indústria e os serviços cresceram, respectivamente, 0,9% e 0,2%, avanços compensados pela queda de 9,9% registrada na agropecuária (**Tabela 3.1**). O recuo da agropecuária reflete, principalmente, a comparação entre o primeiro trimestre de 2026, marcado por perdas na produção de arroz e fumo, e o quarto trimestre de 2025, em que a atividade agrícola transcorreu dentro da normalidade. Na indústria, o resultado positivo foi impulsionado pelos desempenhos da construção (2,8%) e da produção de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (1,8%). Em sentido contrário, a indústria extrativa re-

cuou 1%, e a indústria de transformação, 0,3%. Nos serviços, o crescimento foi modesto e decorreu dos avanços em transportes, armazenagem e correio (2,1%), serviços de informação (0,6%), atividades imobiliárias (0,7%) e administração, educação e saúde públicas (0,1%). Esses resultados foram parcialmente compensados pelas retrações no comércio (-0,2%), na intermediação financeira e seguros (-1,1%) e em outros serviços (-0,6%).

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividade, do Rio Grande do Sul — períodos selecionados

(%)

ATIVIDADE	1° TRIM/2026 / 4° TRIM/2025(1)	1° TRIM/2026 / 1° TRIM/2025
PIB	0,0	0,4
Impostos	-	0,5
VAB	0,1	0,4
Agropecuária	-9,9	-1,9
Indústria	0,9	1,3
Serviços	0,2	0,9

Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026c).
(1) Com ajuste sazonal.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a economia gaúcha cresceu 0,4%. Assim como na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a indústria (1,3%) e os serviços (0,9%) apresentaram expansão, enquanto a agropecuária recuou 1,9%. O crescimento da indústria foi impulsionado pela indústria de transformação (1,1%), que registrou a sexta alta consecutiva nessa base de comparação, e pela atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (5,5%). Em contrapartida, a indústria extrativa (-3,1%) e a construção (-0,1%) apresentaram retração no período. Nos serviços, apenas o comércio registrou queda (-2,5%), a terceira consecutiva. Embora o volume de vendas permaneça acima do observado no período anterior às enchentes, a atividade vem apresentando, conforme destacado no último boletim (Boletim de Conjuntura [...], 2026), uma trajetória de acomodação após as fortes altas verificadas na segunda metade de 2024. As demais atividades de serviços registraram crescimento na comparação interanual: transportes, armazenagem e correio (2,4%), informação e comunicação (1,8%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,8%), atividades imobiliárias (1,9%), outras atividades de serviços (1,8%) e administração, educação e saúde públicas (0,8%).

O recuo da agropecuária foi determinado, principalmente, pelas quedas na produção de arroz e de fumo, culturas cujas colheitas se concentram no primeiro trimestre e que possuem participação significativa na produção agrícola desse período (**Tabela 3.2**). Já os aumentos na produção de outras importantes culturas de verão, como milho e soja, deverão ter impacto mais expressivo sobre o desempenho do setor nas contas do segundo trimestre.

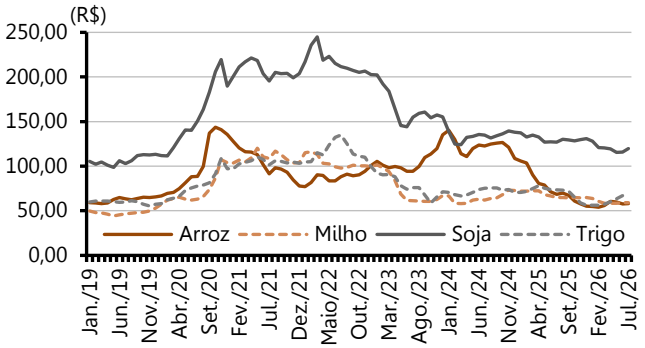
Tabela 3.2 - Quantidade produzida e variação dos principais produtos agrícolas do primeiro semestre no Rio Grande do Sul — 2025-26

PRODUTO	QUANTIDADE (t)		VARIAÇÃO %
	2025	2026 (1)	2026/2025
Arroz	8.760.106	7.912.355	-9,7
Fumo	351.570	350.271	-0,4
Milho	5.294.223	6.447.934	21,8
Soja	13.647.103	18.374.834	34,6
Uva	956.837	1.051.475	9,9

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE, 2026b).
(1) Estimativa.

Os preços pagos aos produtores gaúchos pelos principais grãos mantiveram, em linhas gerais, as tendências observadas nos últimos meses (**Gráfico 3.2**). Os preços reais do arroz, do milho e da soja oscilaram ao longo do período, mas permaneceram em patamares relativamente baixos. A exceção foi o trigo, cujos preços apresentaram recuperação nos últimos meses, embora ainda permaneçam abaixo dos registrados há 12 meses. Na comparação entre os preços médios de julho e os de janeiro, observou-se queda de 7,4% no milho e de 6,6% na soja, enquanto os preços do arroz e do trigo aumentaram 6,1% e 23,6% respectivamente. Já na comparação entre a média de janeiro a julho de 2026 e a do mesmo período de 2025, os preços médios dos quatro grãos apresentaram recuo: 33,2% no arroz, 14,4% no milho, 8,6% na soja e 16,8% no trigo.

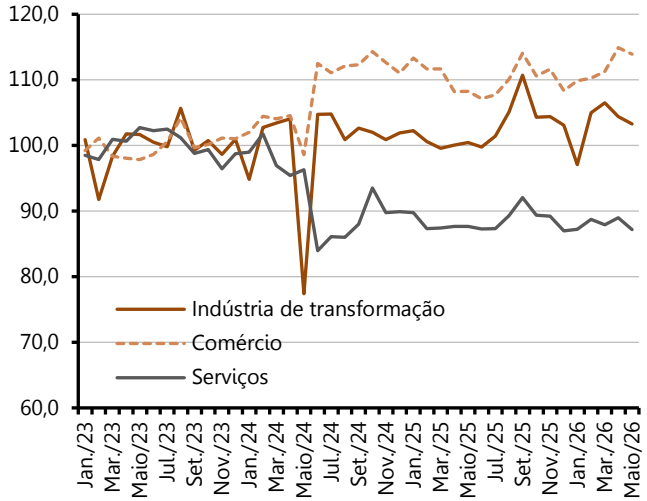
Gráfico 3.2 - Evolução dos preços reais ao produtor do arroz, do milho, da soja e do trigo no Rio Grande do Sul — jan./2019-jul./2026



Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS, 2026).
Nota: 1. Valores constantes a preços de jun./2026, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
2. Arroz em saca de 50 kg; milho, soja e trigo em sacas de 60 kg.

Os indicadores conjunturais da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços no Rio Grande do Sul, disponíveis até maio de 2026, mostram melhora no desempenho em relação ao primeiro bimestre do ano, especialmente na indústria e no comércio. No trimestre móvel encerrado em maio, as três atividades registraram crescimento tanto em comparação com o trimestre imediatamente anterior quanto em relação ao mesmo período de 2025 (**Gráfico 3.3**).

Gráfico 3.3 - Índice da produção física da indústria de transformação, do volume de vendas do comércio varejista ampliado e do volume dos serviços do Rio Grande do Sul — jan./2023-maio/2026



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).
Nota: 1. Os índices têm como base 2023 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

A produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul cresceu 2,9% no trimestre encerrado em maio, em comparação com os três meses imediatamente anteriores (comparação na margem). O resultado foi impulsionado, principalmente, pela recuperação registrada em fevereiro, que elevou o nível de produção da atividade. Embora em abril e maio tenham ocorrido variações negativas na margem, a média do trimestre permaneceu positiva.

Na comparação com o mesmo período de 2025 (comparação interanual), a produção industrial avançou 5,3% entre março e maio. O desempenho foi sustentado, principalmente, pelo crescimento das atividades de produtos alimentícios (6,9%), derivados de petróleo e biocombustíveis (20,0%), produtos de metal (19,9%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (16,4%). Em contrapartida, os principais recuos foram registrados nos segmentos de máquinas e equipamentos (-12,8%) e produtos químicos (-7,4%). No acumulado do ano até maio, a indústria de transformação do estado expandiu 2,3%, desempenho superior ao da indústria brasileira, que registrou crescimento de apenas 0,2% no mesmo período.

As vendas do comércio varejista ampliado no Rio Grande do Sul cresceram 3,6% no trimestre encerrado em maio, em comparação com os três meses imediatamente anteriores. A atividade vinha registrando expansão desde janeiro, trajetória interrompida apenas em maio, quando as vendas recuaram 0,9% em relação a abril.

Na comparação com o mesmo período de 2025, as vendas do comércio avançaram 4,8% no trimestre até maio. O resultado foi impulsionado, sobretudo, pelo desempenho do atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (20,1%), de outros artigos de uso pessoal e doméstico (11,9%), de hipermercados e supermercados (2,8%) e de combustíveis e lubrificantes (3,5%). No acumulado do ano até maio, as vendas do comércio varejista ampliado cresceram 1%, resultado ligeiramente inferior ao observado no Brasil (1,3%) no mesmo período.

O setor de serviços cresceu 0,4% no trimestre encerrado em maio, em comparação com os três meses imediatamente anteriores. Nos últimos meses, a atividade apresentou pequenas oscilações dentro de uma trajetória recente de relativa estabilidade.

Na comparação com o mesmo período de 2025, o setor avançou 1,4%, resultado impulsionado, principalmente, pelos serviços profissionais, administrativos e complementares (9,8%) e pelos serviços de informação e comunicação (4,1%). No acumulado do ano até maio, o setor de serviços manteve-se estável no Rio Grande do Sul, enquanto, no Brasil, registrou crescimento de 1,9%. Já as atividades turísticas do estado — recorte específico da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2026e) — apresentaram expansão de 0,4% nos cinco primeiros meses de 2026.

3.2 Setor externo

Após registrar queda de 6,3% no primeiro trimestre de 2026, em relação ao mesmo período do ano anterior, o valor das exportações do Rio Grande do Sul cresceu 16,3% no segundo trimestre. Com esse resultado, as exportações acumularam alta de 4,9% no primeiro semestre de 2026 (**Tabela 3.3**). No período de

janeiro a junho, o estado exportou US$ 9,844 bilhões, valor US$ 459 milhões superior ao registrado no primeiro semestre de 2025.

O crescimento das exportações no primeiro semestre foi impulsionado tanto pela agropecuária quanto pela indústria. Em termos absolutos, as vendas externas da agropecuária aumentaram US$ 366,9 milhões em relação ao mesmo período de 2025, enquanto as da indústria cresceram US$ 91,6 milhões. Na agropecuária, o principal destaque foi a soja em grão destinada à China, cujas exportações aumentaram 13,2% no semestre e 48,0% no segundo trimestre. Na indústria, os maiores avanços foram registrados nas exportações de produtos alimentícios (22,3%) e de derivados de petróleo (27,4%). Em contrapartida, as principais quedas ocorreram nas vendas externas de produtos do tabaco (-25,2%), de produtos de metal (-15,6%), de couros e calçados (-12,9%) e de celulose e papel (-10,2%).

Tabela 3.3 - Valor e variações das exportações, total e por atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 2025-26

ATIVIDADE ECONÔMICA	VALOR (US$ milhão)		Δ%
	Jan.-Jun./2025	Jan.-Jun./2026	
Produtos alimentícios	2.326,5	2.854,4	22,3
Produtos agropecuários	1.644,2	2.011,1	22,3
Produtos de tabaco	1.167,9	873,3	-25,2
Produtos químicos	681,2	671,3	-1,5
Máquinas e equipamentos	541,8	564,0	4,1
Veículos automotores, carrocerias e reboques	539,2	501,2	-7,0
Produtos de papel e celulose	498,9	448,0	-10,2
Couros e calçados	464,4	404,6	-12,9
Derivados de petróleo	214,1	272,8	27,4
Produtos de metal	319,7	269,7	-15,6
Outros produtos	988,1	983,1	-0,5
Valor total	9.386,0	9.844,5	4,9

Fonte: ComexStat (Brasil, 2026a).

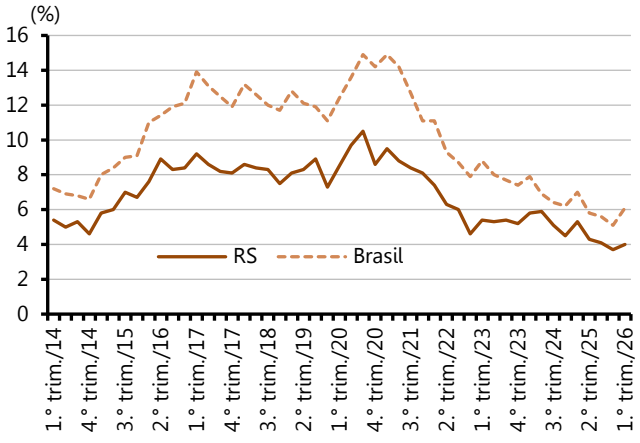
Quanto aos destinos das exportações, a China permaneceu como o principal mercado para os produtos gaúchos, respondendo por 14,9% do valor total exportado, seguida pela União Europeia (12,6%), pelos Estados Unidos (7,6%) e pela Argentina (6,3%). Entre esses principais destinos, apenas a União Europeia registrou aumento nas compras em relação ao primeiro semestre de 2025; para os demais, houve redução dos valores exportados. Por outro lado, destacaram-se os expressivos aumentos das exportações para a Índia (mais US$ 138,0 milhões), a Turquia (mais US$ 106,8 milhões) e as Filipinas (mais US$ 94,8 milhões), dentre outros mercados. Dados mais detalhados sobre o desempenho das exportações do estado no primeiro semestre do ano podem ser acessados no *site* do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governação e Gestão (DEE-SPGG) (Rio Grande do Sul, 2026b).

3.3 Mercado de trabalho

Os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, medidos pela PNAD Contínua do IBGE, permaneceram estáveis no primeiro trimestre de 2026, em relação ao trimestre imediatamente anterior. Na comparação com o mesmo trimestre de 2025, porém, houve melhora em três dos quatro indicadores aqui analisados. A única exceção foi o número de pessoas ocupadas, que se manteve estável em ambas as bases de comparação, totalizando 5,895 milhões no primeiro trimestre de 2026.

A taxa de desocupação foi de 4% no primeiro trimestre de 2026, uma redução de 1,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior (**Gráfico 3.4**). Trata-se da menor taxa de desocupação para um primeiro trimestre desde o início da série histórica, em 2012. O rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas aumentou 5,5% na comparação interanual, alcançando R$ 4.127 no primeiro trimestre de 2026. Impulsionada principalmente por esse avanço dos rendimentos, a massa de rendimento mensal real cresceu 6,1% em relação ao mesmo trimestre de 2025, totalizando R$ 23,9 bilhões.

Gráfico 3.4 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.° trim./2014-1.° trim./2026

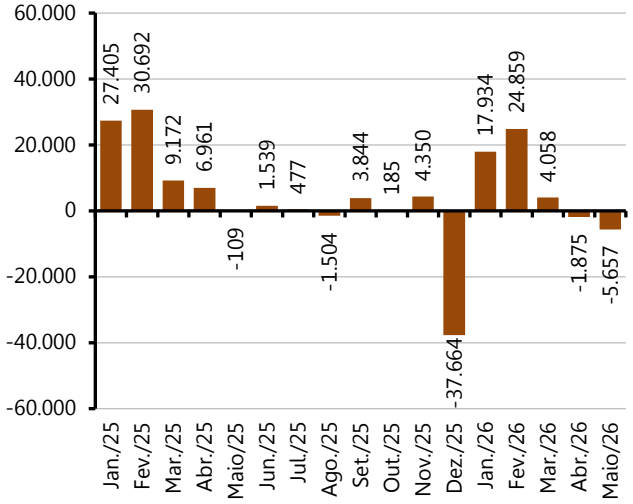


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2026g).

No mercado de trabalho formal, os dados do Novo Caged apontam saldo negativo de 3.474 postos de trabalho no trimestre encerrado em maio de 2026. Esse resultado reflete os fechamentos de 1.875 vagas

em abril e de 5.657 em maio, que mais do que compensaram o saldo positivo de 4.058 postos registrado em março (**Gráfico 3.5**). Na análise setorial do trimestre móvel, a agropecuária concentrou as maiores perdas, com saldo negativo de 16.742 vagas. Em contrapartida, os maiores saldos positivos foram registrados nos setores de serviços (7.707 vagas) e da indústria (4.823). No acumulado de 12 meses até maio, o Rio Grande do Sul criou 10.546 empregos formais. O desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo setor de serviços, com saldo de 19.921 vagas, seguido pela agropecuária, com 1.872. Por outro lado, indústria (-8.906 vagas), comércio (-2.146) e construção (-195) encerraram o período com saldos negativos.

Gráfico 3.5 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan./2025-maio/2026



Fonte: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (Brasil, 2026b).

O **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** (jun./2026) apresenta uma análise mais aprofundada sobre o mercado de trabalho (formal e informal) do estado (Boletim de Trabalho [...], 2026).

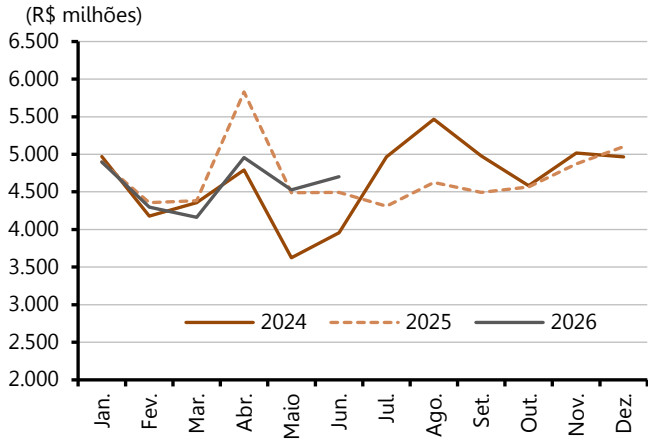
3.4 Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul totalizou R$ 27,540 bilhões, a preços de junho de 2026, no primeiro semestre do ano. Esse valor foi 3,2% inferior ao registrado no mesmo período de 2025 (**Gráfico 3.6**).

Na desagregação por atividade econômica, destacam-se os aumentos nas receitas provenientes de outras indústrias (21,7%), dos serviços de informação e comunicação (10,8%) e de outros serviços (6,4%). Em conjunto, essas atividades adicionaram R$ 566 milhões à arrecadação. Esse incremento, porém, não foi suficiente para compensar a redução de R$ 1.474,4 milhões observada nas demais atividades. Como resultado, a arrecadação total do ICMS diminuiu R$ 908,4 milhões no período. As maiores quedas relativas ocorreram na agropecuária (-23,8%), na indústria de transformação (-6,7%) e no comércio (-2,7%).

As diferenças entre a arrecadação de 2026 e a de 2025 foram mais expressivas em março e, principalmente, em abril, quando a arrecadação ficou 15% abaixo da registrada no mesmo mês do ano anterior. Cabe destacar, entretanto, que, entre março e junho de 2025, o Rio Grande do Sul arrecadou cerca de R$ 1,44 bilhão por meio do Programa Refaz Reconstrução. Desconsiderando esses valores extraordinários e considerando apenas a arrecadação ordinária, a receita de ICMS do primeiro semestre de 2026 teria sido aproximadamente R$ 500 milhões superior à do mesmo período de 2025.

Gráfico 3.6 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2024-26



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/Dados Abertos (Rio Grande do Sul, 2026a).
Nota: Valores constantes a preços de jun./2026, corrigidos pelo IPCA.

3.5 Perspectivas

Com base no cenário atual, a economia gaúcha continua enfrentando desafios relevantes. Embora o PIB do segundo trimestre ainda deva ser favorecido pela expressiva recuperação da safra de soja, as condições previstas para o segundo semestre apontam para um cenário menos favorável para o setor agropecuário. A redução da área plantada de trigo (-23,6%), apenas parcialmente compensada pelo aumento da área de canola, deverá afetar negativamente o desempenho do setor no segundo semestre. Além disso, a

possibilidade de ocorrência de eventos climáticos adversos associados ao fenômeno El Niño representa um risco adicional para a atividade agropecuária do estado. No que se refere à indústria, o aumento das tarifas de importação dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros tende a elevar a incerteza econômica, especialmente para os setores voltados às exportações.

No ambiente doméstico, a estabilização da renda do trabalho, embora em patamar elevado, os juros elevados decorrentes da política monetária ainda restritiva e o alto nível de endividamento das famílias são variáveis que afetam os desempenhos do comércio e dos serviços. Já no ambiente externo, o cenário geopolítico continua marcado por elevada incerteza, com expectativa de persistência de oscilações relevantes nos preços dos combustíveis e dos fertilizantes.

PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — jan./2026-jun./2026

(%)

DISCRIMINAÇÃO	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAIO/26	JUN/26
Indústria de transformação						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-5,8	8,1	1,4	-2,0	-1,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-7,0	2,0	11,8	4,6	-0,3	-
Acumulado em 12 meses	1,1	1,5	2,7	3,8	1,9	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	2,4	1,1	0,2	0,4	0,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-1,8	-2,6	4,3	1,3	-0,3	-
Acumulado em 12 meses	-0,6	-0,9	-0,8	-0,5	-0,7	-
Comércio varejista ampliado						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,4	0,3	1,0	3,3	-0,9	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-2,9	-6,7	5,8	5,3	3,2	-
Acumulado em 12 meses	0,2	-1,0	-0,6	-0,4	-0,9	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,9	1,0	-0,1	-0,7	-0,2	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	1,1	-2,1	6,5	1,4	-0,6	-
Acumulado em 12 meses	0,0	-0,4	0,2	0,3	0,1	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,3	1,7	-0,9	1,2	-2,0	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-3,7	-0,6	3,7	2,1	-1,6	-
Acumulado em 12 meses	-3,9	-2,6	-1,3	-0,3	0,5	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,0	0,1	-0,9	1,1	-0,4	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,2	0,6	3,5	2,0	0,4	-
Acumulado em 12 meses	3,1	2,8	2,9	2,9	2,6	-
Preços						
IPCA-Região Metropolitana de Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,23	0,33	0,96	0,67	0,57	0,36
Acumulado em 12 meses	5,06	4,07	4,28	4,00	4,47	4,80
IPCA-Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,33	0,70	0,88	0,67	0,58	0,16
Acumulado em 12 meses	4,44	3,81	4,14	4,39	4,72	4,64

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2026a).
Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).

REFERÊNCIAS

AHIR, H.; BLOOM, N.; FURCERI, D. **World Uncertainty Index**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2022. (NBER Working Paper n. 29.763). Disponível em: https://doi.org/10.3386/w29763. Acesso em: 20 jul. 2026.

BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, 2026a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom279-not20260617279.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.

BCB. **Estatísticas**. Brasília, DF: BCB, 2026b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas. Acesso em: 10 jul. 2026.

BCB. **Focus** - Relatório de Mercado. Brasília, DF: BCB, 2026c. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260717.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

BCB. **Relatório de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, v. 2, n. 2, junho, 2026d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202606/rpm202606p.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

BCB. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais** - v2.1. Brasília, DF: BCB, 2026e. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 13 jul. 2026.

BEA. **GDP (Third Estimate), Industries, Corporate Profits, State GDP, and State Personal Income, 1st Quarter 2026**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 25 jun. 2026a. Disponível em: https://www.bea.gov/news/2026/gdp-third-estimate-industries-corporate-profits-state-gdp-and-state-personal-income-1st. Acesso em: 20 jul. 2026.

BEA. **Table 1.3. U.S. International Transactions, Expanded Detail by Area and Country**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 24 jun. 2026b. Disponível em: https://apps.bea.gov/iTable/?reqid=62&step=2&isuri=1&6210=1#eyJhcHBpZCI6NjIsInN0ZXBzIjpbMSwyLDEwLDcsN10sImRhdGEiOltbIlByb2R1Y3QiLCIxIl0sWyJUYWJsZUxpc3QiLCIzMDAwMyJdLFsiVGFibGVMaXN0U2Vjb25kYXJ5IiwiMzAwMjciXSxbIkZpbHRlcl8jMSIsWyIxIiwiMiIsIjMiXV0sWyJGaWx0ZXJfIzIiLFsiMSJdXSxbIkZpbHRlcl8jMyIsWyIyIiwiMyIsIjI0IiwiMjUiLCIyNiIsIjI3IiwiMjgiLCIyOSIsIjMwIiwiMzEiLCIzMiJdXSxbIkZpbHRlcl8jNCIsWyIzIiwiMzYiLCIxMTUiXV0sWyJGaWx0ZXJfIzUiLFsiMCJdXV19. Acesso em: 20 jul. 2026.

BEA. **Table 1.5.2. Contributions to Percent Change in Real Gross Domestic Product, Expanded Detail**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 25 jun. 2026c. Disponível em: https://apps.bea.gov/iTable/?reqid=19&step=2&isuri=1&categories=survey&_gl=1*1b5xukh*_ga*MTAxOTc2MjczMy4xNzUyMDA2ODA2*_ga_J4698JNNFT*czE3ODQyMjM4NzkkbzIxJGcxJHQxNzg0MjIzODkyJGo0NyRsMCRoMA..#eyJhcHBpZCI6MTksInN0ZXBzIjpbMSwyLDNdLCJkYXRhIjpbWyJjYXRlZ29yaWVzIiwiU3VydmV5Il0sWyJOSVBBX1RhYmxlX0xpc3QiLCIzMiJdXX0=. Acesso em: 20 jul. 2026.

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 1, 2026. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura. Acesso em: 15 jul. 2026.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 2, 2026. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **Comex Stat**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2026a. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo Caged**: maio 2026. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2026b. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, DF: STN, v. 32, n. 5, maio, 2026c. Disponível em: https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54963. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias** — 2.° bimestre. Brasília, DF: STN, maio, 2026d. Disponível em: https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54720. 8 jul. 2026.

CALDARA, D.; IACOVIELLO, M.; MOLLIGO, P.; PRESTIPINO, A.; RAFFO, A. The economic effects of trade policy uncertainty. **Journal of Monetary Economics**, v. 109, p. 38-59, 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304393219302004. Acesso em: 20 jul. 2026.

CPB NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. **CPB world trade monitor**. Haia: CPB, jun. 2026. Disponível em: https://www.cpb.nl/en. Acesso em: 20 jul. 2026.

DAVIS, S. J. **An index of global economic policy uncertainty**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2016. (NBER Working Paper n. 22.740). Disponível em: https://www.nber.org/papers/w22740. Acesso em: 20 jul. 2026.

EMATER/RS. **Cotações agropecuárias**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, 2026. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/info-agro/precos_semanais.php. Acesso em: 15 jul. 2026.

EUROSTAT. **Gross domestic product, volumes**. Data Browser, 15 jul. 2026a. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/09f6e17b-637f-4dce-bc5b-1147e5a6e990?lang=en&createdAt=2026-07-20T18:12:22Z. Acesso em: 20 jul. 2026.

EUROSTAT. **Quarterly national accounts** – GDP and employment. Statistics Explained, 15 jul. 2026b. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Quarterly_national_accounts_-_GDP_and_employment#Data_sources. Acesso em: 20 jul. 2026.

FOGUEL, M. N.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Evolução recente da taxa de participação brasileira. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, DF: Ipea, v. 30, n. 78, p. 63-78, out. 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/12d2b671-97cc-406e-9d5c-152ad49ad0c2. Acesso em: 8 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2026c. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8888. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2026d. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2026e. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Mensal — maio de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026f. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026g. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil. Acesso em: 20 jul. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — referência 2010 — 1.º trimestre 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026h. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em: 20 jul. 2026.

IMF. **World Economic Outlook update**: Global Economy: Global Economy in Crosscurrents of War and Technology. Washington, DC: International Monetary Fund, jul. 2026. Disponível em: https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2026/update/july/english/text.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

INDEC. **Informe de avance del nivel de actividad**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, jun 2026a. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/pib_06_26FAE3FD2BFA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026

INDEC. **Utilización de la capacidad instalada en la industria, nivel general y bloques sectoriales**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, jul. 2026b. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/capacidad_07_2603A20A3D00.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H. L.; LIMA, J. F. de. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura** (IPEA), Brasília, DF, n. 71, nota 22, 2.° trim. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2026/07/260701_cc_71_nota_22_mercado_de_trabalho_jul26.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

OECD. **OECD Economic Outlook**, Volume 2026 Issue: Under Pressure. Paris: OECD Publishing, mar. 2026a. Disponível em: https://doi.org/10.1787/2d1956f0-en. Acesso em: 20 jul. 2026.

OECD. **Quarterly GDP**. 2026b. Disponível em: https://stats.oecd.org/. Acesso em: 20 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados**. Porto Alegre: Sefaz, 2026a. Disponível em: http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadacao/. Acesso em: 20 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Exportações**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026b. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/exportacoes. Acesso em: 20 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026c. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral. Acesso em: 20 jul. 2026.

SANTOS, C. H. M. dos; AMITRANO, C. R.; MORA Y ARAUJO, M. Visão Geral da Conjuntura. **Carta de Conjuntura** (IPEA), Brasília, D.F., n. 71, nota 24, 2.° trim. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2026/07/260708_cc_71_nota_24_visao_geral.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

WORLD BANK. **China Economic Update: Rebalancing Growth**, 2026a. World Bank, Washington, DC. Disponível em: https://thedocs.worldbank.org/en/doc/0cb2fc6dd88d4db3816dc0433b5cb49b-0070012026/original/CEU-July-2026-EN.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects**, jun. 2026b. World Bank, Washington, D.C. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/bitstreams/8e6bcf71-89a1-443b-bbe9-6c39a496d7ab/download. Acesso em: 20 jul. 2026.

WORLD BANK. **World Bank commodity price data**. Washington, D.C.: World Bank, jul. 2026c. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets. Acesso em: 20 jul. 2026.

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL